



MODELO DE GOVERNAÇÃO DA INTERNET

V Fórum Lusófono das Comunicações e
ARCTEL - CPLP

Maputo, 23-24 de Abril de 2014

A Evolução da Governação da Internet

- Primórdios da Governação da Internet (1970s – 1994):
 - A Internet nasce nos finais dos anos 60 como um projecto do Governo Americano com o patrocínio da Defense Advanced Research Project Agency Network (DARPA Net);
 - Com a invenção do protocolo TCP/IP nos meados dos anos 70, essa rede evoluiu para bastante e passou a ser gerida pela Internet Engineering Task Force (IETF) criada em 1986, cujo modelo de governação era baseado no princípio de consenso nos processos de tomada de decisões.

A Evolução da Governação da Internet (Cont.)

- Guerra do DNS (1994 – 1998):
 - O modelo descentralizado então adoptado para a Governação da Internet despertou a atenção dos governos sobre a importância estratégica da rede global;
 - Em 1994, a National Science Foundation dos EUA decidiu entregar a gestão do Domain Name System (DNS) à empresa Network Solutions Inc. (NSI), o que criou um grande descontentamento na comunidade da Internet, conduzindo à chamada “Guerra do DNS”. Essa guerra só veio a terminar com a criação da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) em 1998.

“GOVERNAÇÃO

- Controvérsia sobre a interpretação do termo “Governança” na WSIS – 2003, em Genebra:

1. Algumas delegações nacionais defendiam que a governação da Internet devia ser um negócio exclusivo do governos, com uma participação muito limitada dos outros actores;

2. A confusão terminológica aumentava com a tradução do termo *Governance* em Inglês para algumas línguas, como o Português, Espanhol e Francês. (No caso do Português, pode se entender por *Governance ou Governação* “Gestão pública ou ainda administração pública”)

Afinal o que significa Governança da Internet?

Segundo uma definição de trabalho adoptada pela cimeira de Tunis, World Summit on the Information Society (WSIS):

“Governança da Intenet é o desenvolvimento e aplicação por Governos, sector privado e sociedade civil, nos seus respectivos papéis, de princípios partilhados, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão e programas que dão forma à evolução e uso da Internet”.

Governança da Internet

- Depois do WSIS aprofundou-se o debate sobre o modelo de governança da Internet:
 - Governança descentralizada vs governança centralizada da Internet;
 - 2009, Internet Governance Forum (IGF) no Egito: China lidera grupo dos países que queriam ver a IGF subordinada às NU, aumentando dessa forma o poder de controlo da Internet pelos governos à nível dos seus países. Os EUA defendiam a continuação da situação existente;

Governança da Internet (Cont.)

- Papel da Internet Assigned Names and Numbers (ICANN)
- Papel da Internet Assigned Numbers Authority (IANA)
- Papel das agências regionais na gestão dos TLD (América do Norte, América do Sul, Europa, África e Ásia)

Gestão de Country Code Top Level Domains (ccTLD)

- O Domain Name System (DNS) inclui três tipos de TLD:
 - os generic (gTLD), os sponsored (sTLD) e os country code (ccTLD);
- O modelo de gestão do ccTLD varia de país para país;
- Alguns governos optam por um modelo de delegação de competências;
- A ICANN deixa ao critério de cada país a decisão sobre quem deve gerir o seu ccTLD, mas nos casos em que um governo pretende passar para si este papel, exige que haja *consenso expresse* das partes envolvidas como condição para o seu reconhecimento à nível da organização;
- O caso de Moçambique (modelo actual e futuro)
- Multilateralidade e Democratização do processo de Governação da Internet

Segurança vs Privacidade

- Difícil encontrar o equilíbrio sobretudo depois do 11/Set
- O rápido crescimento do uso de plataformas de redes sociais, em particular o Facebook trouxe de volta e de forma mais intensa o debate sobre privacidade e protecção de dados;
- Em 2010, gerou-se uma situação de conflito entre a Google e o Governo Chinês, que culminou com o encerramento do motor de busca da Google naquele país;
- Os governos devem criar mecanismos para salvaguardar a segurança dos dados pessoais dos cidadãos em sua posse (Governo Electrónico);

Segurança vs Privacidade

- Deve haver uma obrigatoriedade de segurança e sigilo absoluto sobre os dados pessoais dos utetentes de instituições bancárias, seguros e outros de utilidade pública;
- No caso de Moçambique, ficou provado que a maioria dos raptos e posteriores pedidos de resgate fabulosos tiveram origem na falta de observância de princípios básicos de sigilo por parte de agentes bancários.
- O País precisa se preparar para a implementação da futura Lei das Transacções Electrónicas não só em termos judiciais, mas sobretudo de peritagem cybernética (forensics).

GRATO PELA
ATENÇÃO!

mabila@uem.mz